

HOSPITAL DE GUARNICAO DE MARABA

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	160168-HOSPITAL DE GUARNICAO DE MARABA THIAGO MOREIRA GERMANO DA SILVA	03/05/2026 13:40 (v 0.13)
Status		
CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	47/2026	64591007537202537

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição, por demanda, de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) para a realização de cirurgias de Traumatologia Ortopédica para o Hospital de Guarnição de Marabá, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	Registro ANVISA
GRUPO I							
1	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Em "T" , Modelo: Oblíquo , Quantidade Furos: 5 a 10 Furos, Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 3,5 Mm	443621	Unidade	20	494,34	9886,8	SIM
2	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Reta , Quantidade Furos: 4 a 12 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 3,5 Mm	443615	Unidade	20	533,13	10662,6	SIM
3	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Reta , Modelo: 1/3 Tubular (435297	Unidade	20	554,00	11080	SIM

	Cana) , Quantidade Furos: 4 a 14 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 3,5 Mm						
4	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Em "T" , Quantidade Furos: 5 a 10 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 4,5 Mm	443710	Unidade	10	1008,47	10084,7	SIM
5	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Em "L" , Modelo: Proximal De Tíbia , Quantidade Furos: 4 a 14 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 4,5 Mm	444006	Unidade	10	1535,48	15354,8	SIM
6	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Bloqueada - Lcp , Modelo: Distal De Tíbia , Quantidade Furos: 6 a 10 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 3,5 Mm	435675	Unidade	10	1612,43	16124,3	SIM
7	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Reta , Modelo: Estreita , Quantidade Furos: 3 a 20 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 4,5 Mm	441439	Unidade	10	729,20	7292	SIM
8	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Reta , Modelo: Larga , Quantidade Furos: 6 a 24 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 4,5 Mm	441563	Unidade	10	1000	10000	SIM
9	Parafuso Ósseo - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: P/ Fixação Não Rígida , Tipo: Esponjoso , Modelo: Compressão Canulado , Adicionais: Sem Cabeça , Modelo Rosca: Rosca Parcial , Diâmetro: Cerca De 7,0 M	436666	Unidade	20	545	10900	SIM
10	Parafuso Ósseo - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: P/ Fixação Não Rígida , Tipo: Cortical , Modelo: Maleolar , Modelo Rosca: Rosca Parcial , Diâmetro: Cerca De 4,5 M	436641	Unidade	15	40,72	610,8	SIM
	Parafuso Ósseo - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Titânio , Tipo				87,5	1312,5	

11	Fixação: P/ Fixação Não Rígida , Tipo: Esponjoso , Modelo Rosca: Rosca Total , Diâmetro: Cerca De 4,0 M	443798	Unidade	15			SIM
12	Parafuso Ósseo - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Titânio , Tipo Fixação: P/ Fixação Não Rígida , Tipo: Esponjoso , Modelo Rosca: Rosca Total , Diâmetro: Cerca De 5,0 M	443809	Unidade	50	624,98	31249	SIM
13	Parafuso Ósseo - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: P/ Fixação Não Rígida , Tipo: Cortical , Modelo Rosca: Rosca Total , Diâmetro: Cerca De 3,5 M	436630	Unidade	250	40,38	10095	SIM
14	Parafuso Ósseo - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: P/ Fixação Não Rígida , Tipo: Cortical , Modelo Rosca: Rosca Total , Diâmetro: Cerca De 4,5 M	436634	Unidade	200	78	15600	SIM
15	Parafuso Ósseo - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Titânio , Tipo Fixação: P/ Fixação Não Rígida , Tipo: Esponjoso , Modelo: Compressão Canulado , Adicionais: Com Cabeça , Modelo Rosca: Rosca Total , Diâmetro: Cerca De 4,5 M	443277	Unidade	15	297,78	4466,7	SIM
16	Sistema Fixação Ortopédico Externo Apresentação: Conjunto Completo , Tipo:: Linear , Material: Aço Inoxidável E Alumínio , Tipo Corpo: Estático , Característica Corpo: Multiplanar , Modelo:: Articulado , Aplicação: P/ Pelve , Tamanho:: Grande	444204	Unidade	6	1173,19	7039,14	SIM
17	Sistema Fixação Ortopédico Externo Apresentação: Conjunto Completo , Tipo:: Linear , Material: Aço Inoxidável E Alumínio , Tipo Corpo: Dinâmico , Tipo Cabeça: Modular , Modelo:: De Colles , Aplicação: Punho	424225	Unidade	3	632,9	1898,7	SIM
18	Sistema Fixação Ortopédico Externo Apresentação: Conjunto Completo , Tipo:: Linear , Material: Aço Inoxidável E Alumínio , Tipo Corpo: Dinâmico , Característica Corpo: Multiaxial , Tipo Cabeça: Rotacional , Aplicação: Ossos Curtos	422025	Unidade	3	1770,23	5310,69	SIM
19	Sistema Fixação Ortopédico Externo Apresentação: Conjunto Completo , Tipo:: Linear , Material: Aço Inoxidável E Alumínio , Tipo Corpo: Trilho , Modelo:: Tipo Lrs , Aplicação: Ossos Longos , Tamanho:: Padrão	420981	Unidade	3	1560,81	4682,43	SIM

20	Haste Intramedular Femoral Material: Titânio , Tipo: Bloqueada , Modelo: Proximal , Estrutura: Canulada , Diâmetro: 12 MM, Comprimento: 220/240 MM, Tipo Uso: Uso Único	423210	Unidade	5	4137,91	20689,55	SIM
21	Haste Intramedular Tibial Material: Titânio , Fixação: Bloqueada , Estrutura: Sólida, Com Parafuso Tampão , Tipo Uso: Uso Único, Não Estéril , Apresentação: Embalagem Unitária	438903	Unidade	5	3565,09	17825,45	SIM
22	Fio Ortopédico Implantável Material: Titânio , Tipo: Kirschner , Diâmetro: Diâmetro De 3,0 A 3,5 MM, Uso: Uso Único	437350	Unidade	20	60	1200	SIM
23	Fio Ortopédico Implantável Material: Aço Inoxidável , Tipo: Para Cerclagem , Diâmetro: Diâmetro 1,8 MM, Uso: Uso Único	474418	Unidade	10	435	4350	SIM
24	Fio Ortopédico Implantável Material: Titânio , Tipo: Para Cerclagem , Diâmetro: Diâmetro 1,0 MM, Uso: Uso Único	439240	Unidade	10	178,05	1780,5	SIM
25	Fio Ortopédico Implantável Material: Aço Inoxidável , Tipo: Kirschner , Diâmetro: Diâmetro De 4,0 A 4,5 MM, Uso: Uso Único	437280	Unidade	10	20,29	202,9	SIM
26	Fio Ortopédico Implantável Material: Aço Inoxidável , Tipo: Kirschner , Diâmetro: Diâmetro De 1,0 A 2,5 MM, Uso: Uso Único	437278	Unidade	20	25,56	511,2	SIM
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 230.209,76							

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.[A4]

*1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **Assinatura do Termo de Contrato** , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.5 Justificativa para Agrupamento em Grupo Único:

1.5.1 . Da Eficiência Logística e Padronização -A contratação em grupo único tem como finalidade primordial a otimização do fluxo de suprimentos, visando a redução dos prazos de entrega e a garantia de um abastecimento célere à unidade hospitalar. Tal medida assegura a uniformidade técnica e o padrão de qualidade dos produtos, evitando disparidades que poderiam comprometer o atendimento clínico.

1.5.2. Da Segurança Institucional e Controle de Acesso: considerando que a execução ocorrerá em uma organização militar com rigoroso controle de circulação de produtos sensíveis, a centralização do fornecimento em uma única empresa torna o processo de recebimento mais apurado e seguro. A redução do fluxo de

diferentes fornecedores e veículos dentro do aquartelamento minimiza riscos à segurança orgânica da instituição.

1.5.3. Da Viabilidade Econômica e Ampla Competitividade - ressalta-se que a natureza dos itens (OPME) permite que as empresas do ramo forneçam a totalidade do objeto, não havendo prejuízo à ampla concorrência. Além disso, a modelagem por grupo potencializa a economia de escala, incentivando as licitantes a ofertarem preços globais mais vantajosos para garantir a exequibilidade do menor preço no conjunto dos itens.

1.5.4 Da Padronização e Atendimento ao Usuário - A opção pelo agrupamento em grupo único foi adotada com base em critérios técnicos e operacionais, considerando a necessidade de compatibilidade entre os componentes dos sistemas ortopédicos (placas, parafusos, hastes e fixadores), os quais devem pertencer a um mesmo sistema para garantir a adequada execução dos procedimentos cirúrgicos. A divisão do objeto em itens isolados poderia comprometer a interoperabilidade dos componentes, gerando riscos assistenciais aos pacientes. Adicionalmente, verificou-se, em levantamento de mercado, que há diversos fornecedores aptos a fornecer o conjunto completo, não havendo restrição indevida à competitividade. Assim, o agrupamento atende aos princípios da eficiência, segurança e economicidade, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

1.6 Para fins de aquisições de OPME, serão observadas as divisões por conjuntos classificados conforme tabela abaixo, dentro dos quais, deve-se conter, no mínimo, as quantidades estipuladas por ocasião da cessão dos mesmos:

CONJUNTO 1 - PEQUENOS FRAGMENTOS				
Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Em "T" , Modelo: Oblíquo , Quantidade Furos: 5 a 10 Furos, Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 3,5 Mm	443621	Unidade	2
2	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Reta , Quantidade Furos: 4 a 12 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 3,5 Mm	443615	Unidade	2
3	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Reta , Modelo: 1/3 Tubular (Cana) , Quantidade Furos: 4 a 14 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 3,5 Mm	435297	Unidade	2
13	Parafuso Ósseo - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: P/ Fixação Não Rígida , Tipo: Cortical , Modelo Rosca: Rosca Total , Diâmetro: Cerca De 3,5 M	436630	Unidade	80
CONJUNTO 2 - GRANDES FRAGMENTOS				
Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
4	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Em "T" , Quantidade Furos: 5 a 10 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 4,5 Mm	443710	Unidade	2

5	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Em "L" , Modelo: Proximal De Tíbia , Quantidade Furos: 4 a 14 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 4,5 Mm	444006	Unidade	2
6	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Bloqueada - Lcp , Modelo: Distal De Tíbia , Quantidade Furos: 6 a 10 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 3,5 Mm	435675	Unidade	2
7	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Reta , Modelo: Estreita , Quantidade Furos: 3 a 20 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 4,5 Mm M	441439	Unidade	2
8	Placa Ortopédica - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: Fixação Dinâmica - Dcp , Formato: Reta , Modelo: Larga , Quantidade Furos: 6 a 24 Furos , Diâmetro Furos: P/ Parafuso Cerca De 4,5 Mm M	441563	Unidade	2
14	Parafuso Ósseo - Pequenos E Grandes Fragmentos Material: Aço Inoxidável , Tipo Fixação: P/ Fixação Não Rígida , Tipo: Cortical , Modelo Rosca: Rosca Total , Diâmetro: Cerca De 4,5 M	436634	Unidade	40

CONJUNTO 3- HASTES

Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
20	Haste Intramedular Femoral Material: Titânio , Tipo: Bloqueada , Modelo: Proximal , Estrutura: Canulada , Diâmetro: 12 MM, Comprimento: 220/240 MM, Tipo Uso: Uso Único	423210	Unidade	5
21	Haste Intramedular Tibial Material: Titânio , Fixação: Bloqueada , Estrutura: Sólida, Com Parafuso Tampão , Tipo Uso: Uso Único, Não Estéril , Apresentação: Embalagem Unitária	438903	Unidade	5

CONJUNTO 4 - FIXADORES

Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
16	Sistema Fixação Ortopédico Externo Apresentação: Conjunto Completo , Tipo:: Linear , Material: Aço Inoxidável E Alumínio , Tipo Corpo: Estático , Característica Corpo: Multiplanar , Modelo:: Articulado , Aplicação: P/ Pelve , Tamanho:: Grande	444204	Unidade	2
17	Sistema Fixação Ortopédico Externo Apresentação: Conjunto Completo , Tipo:: Linear , Material: Aço Inoxidável E Alumínio , Tipo Corpo: Dinâmico , Tipo Cabeça: Modular , Modelo:: De Colles , Aplicação: Punho	424225	Unidade	2
18	Sistema Fixação Ortopédico Externo Apresentação: Conjunto Completo , Tipo:: Linear , Material: Aço Inoxidável E Alumínio , Tipo Corpo: Dinâmico , Característica Corpo: Multiaxial , Tipo Cabeça: Rotacional , Aplicação: Ossos Curtos	422025	Unidade	2

19	Sistema Fixação Ortopédico Externo Apresentação: Conjunto Completo , Tipo:: Linear , Material: Aço Inoxidável E Alumínio , Tipo Corpo: Trilho , Modelo:: Tipo Lrs , Aplicação: Ossos Longos , Tamanho:: Padrão	420981	Unidade	2
CONJUNTO 5 – FIOS ORTOPÉDICOS				
Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
22	Fio Ortopédico Implantável Material: Titânio , Tipo: Kirschner , Diâmetro: Diâmetro De 3,0 A 3,5 MM, Uso: Uso Único	437350	Unidade	5
23	Fio Ortopédico Implantável Material: Aço Inoxidável , Tipo: Para Cerclagem , Diâmetro: Diâmetro 1,8 MM, Uso: Uso Único	474418	Unidade	2
24	Fio Ortopédico Implantável Material: Titânio , Tipo: Para Cerclagem , Diâmetro: Diâmetro 1,0 MM, Uso: Uso Único	439240	Unidade	2
25	Fio Ortopédico Implantável Material: Aço Inoxidável , Tipo: Kirschner , Diâmetro: Diâmetro De 4,0 A 4,5 MM, Uso: Uso Único	437280	Unidade	2
26	Fio Ortopédico Implantável Material: Aço Inoxidável , Tipo: Kirschner , Diâmetro: Diâmetro De 1,0 A 2,5 MM, Uso: Uso Único	437278	Unidade	5

1.7 Após homologação e assinatura da Ata da Registra de Preço, o Setor de Ortopedia deverá solicitar o fornecimento dos materiais, para compor o estoque mínimo, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão de Autorização de Fornecimento (AF):

1.7.1 Conjunto 04 - Item 16 - 03 (três) Sistema Fixação Ortopédico Externo Apresentação: Conjunto Completo , Tipo:Linear , Material: Aço Inoxidável E Alumínio , Tipo Corpo: Estático , Característica Corpo: Multiplanar , Modelo: Articulado , Aplicação: P/ Pelve, Tamanho: Grande;

1.7.2 Conjunto 04 - Item 17 - 01(um) Sistema Fixação Ortopédico Externo Apresentação: Conjunto Completo , Tipo: Linear , Material: Aço Inoxidável e Alumínio , Tipo Corpo: Dinâmico , Tipo Cabeça: Modular , Modelo: De Colles , Aplicação: Punho ;

1.7.3 Conjunto 05 - item 22 - 05 (cinco) Fios Ortopédicos Implantáveis Material: Titânio , Tipo: Kirschner , Diâmetro: Diâmetro De 3,0 A 3,5 mm, Uso: Único.

1.8 Os itens não incluídos nos conjuntos serão fornecidos sob demanda, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento.

1.9 A Licitante vencedora deverá providenciar, dentro dos prazos legais, a entrega da OPME, que irá compor o estoque mínimo, acompanhadas da Nota Fiscal de Venda dentro dos prazos estabelecidos no edital,

1.10. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.11 Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalece o estabelecido neste último, nos termos do Art. 5º da Lei 14.133/21.

Alteração ou atualização dos preços registrados

1.12. Conforme previsto no art. 25 do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em resposta a qualquer eventual redução dos preços praticados no mercado ou de forma a aumentar ou proteger os benefícios, obras ou dois serviços registrados, conforme as seguintes situações:

1.12.1.Em caso de força maior, caso fortuito ou insolúvel, ou em caso de eventos imprevistos ou previsíveis com consequências incalculáveis, que impossibilitem a execução dos dados conforme acordado, estamos disponíveis na linha “d”.subseção II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.12.2.em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer impostos ou ordens legais ou superveniência de disposições legais, com repercussões comprovadas nos preços registrados; ou

1.12.3. No caso de previsão não editada ou ausência de notificação contratual direta de cláusula de reajuste ou repactuação nos preços registrados, nossos termos estão disponíveis na Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:*

I) ID PCA no PNCP:0039452000103-0-000275/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

III) Id do item no PCA: 77 ;

VI) Classe/Grupo: 6515;

V) Identificador da Futura Contratação: 160168-47/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.1.2 Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado.

4.1.3 A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013.

4.1.4. Proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR32 /ABNT. Entende-se por serviços de saúde qualquer edificação destinada à prestação de assistência à saúde da população, e todas as ações de promoção, recuperação, assistência, pesquisa e ensino em saúde em qualquer nível de complexidade.

4.1.5. Respeito à Resolução CONAMA nº 222/2018 que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.

4.1.6. Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da ANVISA e INMETRO, casos existentes.

4.1.7. Deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS confeccionado pelo órgão, obedecendo também a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe sobre seus princípios,

4.1.8. objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis (Lei nº 12.305 de 02/08/2010).

4.1.9. O armazenamento de resíduos sólidos perigosos de forma a proteger a saúde pública e do meio ambiente seguirão as normas fixadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR 12235.

4.1.10. Os procedimentos exigíveis para coleta interna e externa dos resíduos de serviços de saúde, sob condições de higiene e segurança, serão seguidos de acordo com as normas da ABNT – NBR 12810. Assim como, os requisitos mínimos de construção e de inspeção dos coletores transportadores de resíduos de serviço de saúde, serão respeitados visando as normas da NBR 14652.

4.1.11. As estações para transferência de resíduos de serviços de saúde devem estar licenciadas pelo órgão ambiental competente e manter as características originais de acondicionamento, sendo vedada a abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra.

4.1.12. Destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde em acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada RDC 306 /2004 – ANVISA;

4.1.13. Os resíduos de serviços da saúde deverão ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT /NBR 7.500;

4.1.14. Respeito aos art. 225 e 170 da Constituição Federal que dispõem sobre o direito e a proteção ao meio ambiente.

4.1.15. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda cumprir as exigências normativas para a sua fabricação, importação, comercialização e materiais especiais, que se encontram reguladas pelos seguintes normativos.

4.1.15.1. Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que "dispõe sobre a Vigilância sanitária a que ficam sujeitos os correlatos e outros produtos, e dá outras providências".

4.1.15.2. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 185 de 22/10/2001 e alterações, que trata do registro de produtos médicos na Agência Nacional de vigilância Sanitária – ANVISA, apresentando certificado de Boas práticas de Fabricação e controle por linha de produção/produtos no que couber, emitido pela secretaria de vigilância Sanitária do Ministério de Saúde; e

4.1.15.3. Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo Órgão, e L12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005(no que tange o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde).

4.1.15.4. os bens devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.15.5. A aquisição deve ser de OPME legalmente registradas na Anvisa, conforme as disposições da Lei nº 6.360. de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos,

e da outras Providências; dentro de seu prazo de vigência, com indicação técnica de uso registrada na bula do produto.

4.1.15.6. O Licitante deve conceder informação quanto ao registro da OPME na Anvisa e a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE).

4.1.15.7 Obrigação do fornecedor em capacitar a equipe de profissionais do estabelecimento de saúde, para a correta utilização das OPME, sem custos adicionais.

4.1.16. A Contratada deverá implementar sistema de logística reversa para o recolhimento e destinação final ambientalmente adequada das embalagens primárias e secundárias dos materiais fornecidos, bem como de eventuais itens vencidos ou danificados.

4.1.16.1. O descarte deverá seguir as normas da RDC ANVISA nº 222/2018 e demais legislações ambientais vigentes.

~~Indicação de marcas ou modelos~~

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...) [A3].~~

~~Da vedação de contratação de marca ou produto~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~4.3.1. [...]~~

~~4.3.2. [...]~~

~~Da exigência de amostra~~

~~4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

~~4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

~~4.5.1. [...];~~

~~4.5.2. [...]; e~~

~~4.5.3. [...].~~

~~4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço [indicar o endereço], no prazo limite de [indicar o prazo], sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

~~4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

~~4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

~~4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~4.9.1. Itens (...):;~~

~~4.9.2. Itens (...):;~~

~~4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de XX (xxxxx) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.[A4]~~

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

~~4.15. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.[A5]~~

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

~~4.17. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de XX% (xxxxx por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:~~

~~4.18. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

~~4.18.1. [...];~~

~~4.18.2. [...]; e~~

~~4.18.3. [...].~~

~~4.19. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:~~

~~4.19.1. [...];~~

~~4.19.2. [...]; e~~

~~4.19.3. [...].~~

~~4.20. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

~~4.21. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

~~4.22. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~

~~4.23. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.[A7]~~

Garantia da contratação[A8]

4.24. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

OU

~~4.25. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a XX% (xxxxx por cento) do valor [total] OU [anual] da contratação[A9] . [A10]~~

~~4.26. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato:~~

4.26.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

~~4.26.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.~~

~~4.26.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.~~

~~4.26.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.~~

~~4.26.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.~~

~~4.27. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A11]~~

~~4.28. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.~~

~~4.29. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.~~

~~4.30. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.~~

~~— 4.30.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).~~

- ~~4.31. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:~~
- ~~4.31.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e~~
 - ~~4.31.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.~~
- ~~4.32. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.~~
- ~~4.33. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.~~
- ~~4.34. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A12].~~
- ~~4.35. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.~~

~~4.35.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.~~

~~4.35.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.~~

~~4.36. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.~~

~~4.36.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.~~

~~4.36.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.~~

~~4.37. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.~~

~~4.38. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.~~

~~4.39. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.~~

~~4.40. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.~~

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

~~4.41. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.~~

~~4.41.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal[A13].~~

~~4.41.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.~~

~~4.41.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.~~

Margem de Preferência:

~~4.42. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] OU [adicional] de %, prevista no Decreto n.º....., conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por[A14] se tratar de [bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].~~

4.42 O objeto da contratação não está enquadrado na margem de preferência, prevista no Decreto n.º 11.890/2022, conforme disposto na Resolução n.º 8 ,de 31 de março de 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - CICS.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O serviço será prestado por meio de aquisição e fornecimento por demanda, sendo a entrega dos produtos realizada conforme as condições e especificações descritas nos itens abaixo:

5.1.1. Em casos de cirurgia de urgência, o material solicitado deverá ser entregue no Depósito da Farmácia Hospitalar do Hospital de Guarnição de Marabá, mediante solicitação e autorização prévia, emitida pela Chefia do Centro Cirúrgico/ Central de Material e Esterelização (CME). O prazo máximo para a entrega é de até 24 (vinte e quatro) horas, inclusive em finais de semana, feriados e no período noturno;

5.1.2. Em casos de cirurgia de emergência, o material solicitado deverá estar em estoque mínimo, disponível no centro cirúrgico, após esterelização pelo CME e ter sido recebido pelo Depósito da Farmácia Hospitalar do Hospital de Guarnição de Marabá:

5.1.2.1. As OPME adquiridas para estoque mínimo, a equipe da ortopedia,deverá solicitar a entrega dos OPME mediante emissão de autorização de fornecimento (AF), que após o empenho estimativo, são enviadas aos fornecedores para entrega em até 30(trinta) dias . O fornecedor entregará as OPME acompanhadas da Nota Fiscal de Venda.

5.1.3. Em casos de cirurgia eletiva, o material solicitado deverá ser entregue no Depósito da Farmácia Hospitalar do Hospital de Guarnição de Marabá, mediante solicitação e autorização prévia, emitida pela Chefia do Centro Cirúrgico/ Central de Material e Esterelização (CME). O prazo máximo para a entrega é de até 96 (noventa e seis) horas.

5.2. Os insumos devem ser entregues com validade de no mínimo 2/3 do total da validade de fábrica, quando for o caso.

5.3. Os insumos deverão possuir registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

5.4. Em caso de proibição e/ou suspensão na fabricação, recolhimento de lotes pela ANVISA ou qualquer outro fato comprovado que prejudique a qualidade e segurança dos insumos, a contratada se responsabilizará pela troca dos itens bem como deverá manter um suporte técnico para orientação em caso de alterações físico-químicas e/ ou efeitos adversos relacionados aos produtos.

5.5. A contratada deve acompanhar os preço dos itens que sofrerem deflação ou redução pelo governo, devendo

entrar em contato imediato com o Setor da Farmácia Hospitalar desta OMS, com o objetivo de dirimir as dúvidas e equacionar as pendências ou não conformidades, evitando assim atrasos no processo de liquidação das notas fiscais. Devendo ser respeitada as normas para embalagem, envase e fracionamento de cada produto.

5.6. A contratada é responsável pela verificação com relação às capacidades da embalagem e seus múltiplos a fim de evitar o fracionamento e também pelo transporte adequado dos insumos, respeitando as orientações de armazenamento e transporte peculiares de cada item devendo, portanto se certificar de que os itens chegarão íntegros e mantendo preservadas as suas qualidades e segurança durante todo o transporte, e que poderá ser realizado por terceiros sem ônus para esta OMS por meio de empresas especializadas para esta finalidade.

5.7. Não podendo ser realizado via correios uma vez que esta modalidade de entrega não garante as condições de acondicionamento dos materiais cirúrgicos e podem gerar custos a esta OMS no que tange a possíveis devoluções.

5.8. No ato de recebimento dos insumos por esta OMS, é de responsabilidade da contratada realizar a entrega acompanhada da Nota Fiscal, Nota de Empenho e qualquer outro documento pertinente ao produto.

5.9. O material deverá ser entregue no Depósito da Farmácia Hospitalar do Hospital de Guarnição de Marabá conforme demanda e de acordo com os prazos previstos neste documento.

5.10. A Nota fiscal deverá conter: número da nota de empenho, descrição do produto, quantidade, lote, validade, apresentação e valor unitário conforme descrito no empenho bem como a natureza da operação como nota de vendas e CNPJ de acordo com a Nota de Empenho. Não serão aceitas notas fiscais que contenham apenas nome comercial ou marca, tendo a obrigatoriedade de constar a descrição dos princípios ativos ou substâncias conforme prevê o edital.

5.11.. Há necessidade de manutenção de telefones, endereços e correios eletrônicos atualizados, por parte da contratada, mesmo em tempos de crises ou pandemias.

5.12.. Caso haja alguma inconsistência entre a descrição do produto entregue com o descritivo do empenho caberá a contratada remeter a proposta ofertada no Comprasnet, da ata de homologação e do empenho no ato da entrega.

5.13.Os fornecedores vencedores do certame deverão fornecer, juntamente com o material adquirido, todos os instrumentais indispensáveis à sua correta utilização, em regime de comodato, em conformidade com as necessidades e exigências dos procedimentos realizados no Hospital de Guarnição de Marabá. O cumprimento dessas exigências será condição essencial para a efetivação do fornecimento e para a adequação dos materiais às especificidades das atividades hospitalares.

5.14. As OPME adquiridas por demanda, a equipe da ortopedia, deverá solicitar o fornecimento dos materiais mediante emissão de Autorização de Fornecimento por Demanda (AFD).

5.15. O fornecedor entregará os produtos acompanhados de Nota Fiscal de Simples Remessa, conforme ajuste do Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais (Sinief) nº2 de 2024.

5.16. A cirurgia será realizada utilizando o material previsto. Ao término do procedimento, será elaborado o descritivo cirúrgico pela equipe médica responsável. Esse descritivo cirúrgico será anexado ao prontuário do paciente.

5.17. o Comprovante de Despesa Médica (CDM) será emitido no Sistema Integrado de Registro Eletrônico (SIRE) utilizando o Plano Interno (PI) específico de OPME conforme os parâmetros estabelecidos para o procedimento.

5.18. a equipe de auditoria interna analisará o descritivo cirúrgico, etiquetas de rastreabilidade dos materiais utilizados e o CDM emitido, podendo realizar eventuais glosas conforme previsto nas normas de auditoria médica, e posteriormente cadastrar o status "Auditado" no SIRE.

5.19. Após confirmada pela auditoria interna a utilização da OPME, a equipe da ortopedia emite a requisição, que após o devido empenho é enviada ao fornecedor para proceder a emissão de Nota fiscal de venda.

5.20. a Diretoria de Pagamento e Gestão Orçamentária (DPGO) identificará o CDM auditado e realizará a descentralização do crédito no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) para a OMS responsável.

5.21.o crédito disponibilizado pela DPGO será empenhado imediatamente, reforçando o empenho estimativo elaborado no início do ano para a empresa vencedora do certame licitatório de OPME.

5.22.o fornecedor deverá emitir a Nota Fiscal fornecido para o procedimento de venda, conforme as especificações do contrato, detalhando o material.

5.23. a Nota Fiscal de venda será atestada pelos responsáveis técnicos e administrativos na OMS, confirmando a entrega e utilização adequada do OPME.

5.24. após o ateste da Nota Fiscal de venda, será realizada a liquidação da despesa e o pagamento será efetuado à empresa fornecedora do OPME, conforme os prazos estabelecidos no contrato.

5.25. As OPME estão enquadrados no regime especial para remessa interna e interestadual de produtos médico-hospitalares, exceto medicamentos, relacionados a implantes e próteses médico- hospitalares, para utilização em ato cirúrgico por hospitais ou clínicas, estabelecidos no Ajuste SINIEF nº 02 2024, devendo a contratada cumprir o estabelecido no referido documento, em especial no que se refere às emissões de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e e

seu respectivo Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE para acobertar o trânsito das mercadorias.

5.26. Não deverá ser emitida Nota de Empenho como início da contagem do prazo de entrega por estarem os OPME enquadrados no regime especial na remessa interna e interestadual de produtos médico-hospitalares relacionados a implantes e próteses médico-hospitalares, para utilização em ato cirúrgico por hospitais ou clínicas.

5.27. A Farmácia Hospitalar, será o setor responsável pelo recebimento, controle de estoque, conferência de validade e rastreabilidade das OPME, após o reconhecimento do material específico por integrante da equipe cirúrgica devidamente nomeado em boletim interno da OMS.

5.28. É vedado a OMS manter estoque de OPME para procedimentos eletivos. Nesses casos, as OPME devem ser solicitadas especificamente para o paciente.

5.29. No entanto, será permitido manter um estoque mínimo para urgências e emergências, especialmente para cirurgias traumatológicas, quando não for possível a disponibilização imediata por demanda, tais como:

5.29.1. 03 (três) Sistema Fixação Ortopédico Externo Apresentação: Conjunto Completo , Tipo: Linear , Material: Aço Inoxidável E Alumínio , Tipo Corpo: Estático , Característica Corpo: Multiplanar , Modelo: Articulado , Aplicação: P/ Pelve, Tamanho: Grande ;

5.29.2. 01(um) Sistema Fixação Ortopédico Externo Apresentação: Conjunto Completo , Tipo: Linear , Material: Aço Inoxidável e Alumínio , Tipo Corpo: Dinâmico , Tipo Cabeça: Modular , Modelo: De Colles , Aplicação: Punho ;

5.29.3. 05 (cinco) Fios Ortopédicos Implantáveis Material: Titânio , Tipo: Kirschner , Diâmetro: Diâmetro De 3,0 A 3,5 mm, Uso: Único;

5.29.4. 05 (cinco) Fios Ortopédicos Implantáveis, Material: Aço Inoxidável , Tipo: Kirschner , Diâmetro: De 1,0 A 2,5 mm, Uso: Único;

5.30. O processo de recebimento de OPME deverá incluir uma verificação detalhada da integridade das embalagens, quantidade, especificação técnica e etiquetas de rastreabilidade. Após o reconhecimento do material específico por integrante da equipe cirúrgica devidamente nomeado em boletim interno da OMS.

5.31. A etiqueta de rastreabilidade deverá ser anexada ao prontuário.

5.32. As OPME não utilizadas no ato cirúrgico devem ser conferidas e recebidas pela CME e atestada a quitação da devolução ao fornecedor, conforme anexo XXX deste ETP.

Do Armazenamento e Distribuição

5.33. As OPME deverão ser armazenadas em locais específicos com controle de acesso restrito e supervisionados por profissional designado pelo chefe da Farmácia Hospitalar.

5.33.1. A Farmácia Hospitalar deverá garantir a integridade física dos produtos adquiridos ou fornecidos por demanda durante o armazenamento desses materiais.

5.34. Nos casos de procedimentos cirúrgicos que requerem componentes de tamanhos variados, o conjunto completo deverá ser disponibilizado na Farmácia Hospitalar de acordo com a entrega realizada pelo fornecedor, conferência e esterilização junto ao CME da unidade.

5.35. A Farmácia Hospitalar deverá estabelecer rotinas padronizadas, avaliar o consumo por produtos e fazer a quantificação dos itens fornecidos por demanda em estoque para prestar contas fidedignas aos fornecedores.

5.36. A armazenagem do material fornecido por demanda deve ser conforme a sua utilização por cirurgias, por fornecedor ou de acordo com o consumo desses materiais.

5.37. A OMS deverá solicitar toda a documentação do contratado que comprove a autorização para fornecimento por demanda e utilização do material no ambiente hospitalar, devendo pactuado um contrato delimitando ações e responsabilidades inerentes a cada integrante do referido contrato.

5.38. A OMS deverá solicitar comprovantes de alvará de localização, certificado do responsável técnico e registro ou autorização dos produtos fornecidos por demanda nos órgãos sanitários competentes.

5.39. O chefe da Farmácia Hospitalar da OMS deverá avaliar a saída dos produtos com os tipos de cirurgias realizadas mensalmente, estabelecendo um estoque mínimo e melhorando o fluxo dos itens.

5.40. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24(vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Folha 26, S/N, Quadra Especial, bairro Nova Marabá, Marabá-PA, CEP 68509-090 - HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE MARABÁ.

~~5.4.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

~~6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~6.15.1. [...];~~

~~6.15.2. [...]; e~~

~~6.15.3. [...]. [A2]~~

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

~~7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia,[A2]~~

~~7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

~~7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação [ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.]~~

~~7.2.4.7.1. [INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA];[A3][A4]~~

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

~~8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.~~

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada para procedimentos eletivos e de até 04 (quatro) horas procedimentos de urgência/emergência, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.[A3]

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.[A4]

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento[A6]

8.27. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.

8.28. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.

8.29. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:

8.29.1. R\$. (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.

8.29.2. (...)[A7]

8.30. Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto.

8.31. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.

8.32. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

8.33. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

8.34. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).

8.35. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

*8.36. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:
[A8]*

8.36.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente;[A9]

8.36.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.[A10]

8.37. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Cessão de Crédito[A11]

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **19/02/2026**.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade ~~[PREGÃO]~~ ~~OU [CONCORRÊNCIA]~~, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo ~~[MENOR PREÇO]~~ ~~OU [MAIOR DESCONTO]~~ ~~OU [TÉCNICA E PREÇO]~~.

~~OU~~

~~9.2. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado].~~

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será ~~parcelado~~.

Critérios de aceitabilidade de preços

~~9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2]:~~

~~9.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital OU tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.~~

Exigências de habilitação[A3]

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Empresa ou estabelecimento que exerça atividades sujeitas a vigilância sanitária e conforme o caso:

9.14.1 Autorização de Funcionamento(AFE) ou Autorização Especial (AE) expedida pela Agência Nacional de vigilância Sanitaria (ANVISA) nos termos da RDC n' 161 de 1º de abril de 2014, e Licença/Alvara Sanitario vigente expedido pelo ente/órgão de vigilancia sanitaria Estadual/Distrital/Municipal(nos termos dos normativos do respectivo ente subnacional em que a licitante exerce as atividades sujeitas a fiscalização pelo órgão regulador local), ou ainda, declara(,ao emitida pela licitante e/ou fabricante de que é isenta da apresentação de tais documentos para fabricar e/ou comercializar o produto cotado,

9.14.1.1 Os produtos ofertados, deverão possuir o devido REGISTRO junto a ANVISA, excetuados aqueles isentos, desde que comprovada a inexistência do produto industrializado com registro no mercado e justificada tecnicamente a necessidade da manipulação (Lei nº 6.360/76 e Resolução RDC nº 67, de 08 de outubro de 2007)

9.14.2 Certificado de Boas Práticas de Fabricação/ANVISA (CBPF) para os produtos que sejam classificados como grau de risco Classes III e IV, segundo a RDC nº 15 /2014. Serão aceitos protocolos de Revalidação de CBPF, mas não protocolos para Solicitação do CBPF.

9.14.3. Tratando-se de produto importado Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) vigente da unidade fabril por linha de produção emitido pela autoridade sanitária brasileira ou expedido pela autoridade sanitária do país de origem, em plena validade e devidamente traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado e consularizado.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [patrimônio líquido mínimo] de 10% do [valor total estimado da contratação] .[A12]

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.[A14]

Qualificação Técnica[A15] [A16]

~~9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente(escrever por extenso, se for o caso), em plena validade:[A17]~~

~~9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. A quantidade mínima a ser apresentada para cada item solicitado é de 30% (trinta por cento)

9.34.2. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A19]

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

~~9.35. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei: [A20].~~

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 230.209,76 (duzentos e trinta mil, duzentos e nove reais e noventa e setenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

~~10.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$....[A3]~~

~~OU~~

~~10.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. [A4]~~

10.3.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

~~10.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.[A5]~~

10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

~~11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.~~

~~11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~I) Gestão/unidade: [...];~~

~~II) Fonte de recursos: [...];~~

~~III) Programa de trabalho: [...];~~

~~IV) Elemento de despesa: [...]; e~~

~~v) Plano interno: [...].~~

~~11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]~~

~~OU~~

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente .

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como **sigilosas**.**[A1]**

Marabá- PA, conforme assinatura digital

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1 Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1 Não se aplica

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEONARDO DIAS FRANCISCO

Equipe de Planejamento

FABIO DANTAS BARBOZA

Equipe de Planejamento

THAIS LEONARDO PEREIRA

Equipe de Planejamento

ANA CLAUDIA MENDES MORAIS SILVA DANTAS

Autoridade competente